

Dívida pública sobe R\$ 220 mi

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

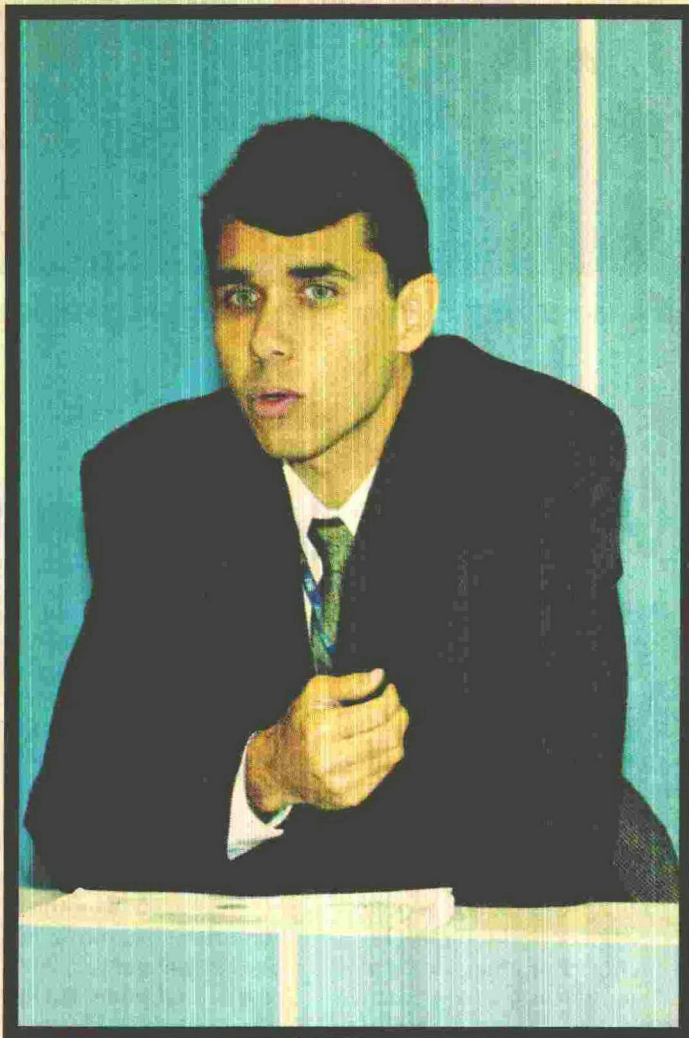
O peso dos juros nas contas públicas é tão grande que, mesmo num mês em que o governo fez um significativo resgate de títulos em poder do mercado, a dívida subiu. No mês passado, o recolhimento de papéis foi R\$ 9,338 bilhões maior do que o volume de novos títulos emitidos. Por isso, deveria haver uma redução do estoque total, mas o efeito positivo foi neutralizado pela incorporação de juros ao principal, que somou R\$ 9,558 bilhões no mês. O resultado final foi uma expansão no endividamento de R\$ 220 milhões.

De acordo com os números divulgados ontem, o estoque da dívida federal interna passou de R\$ 873,610 bilhões para R\$ 873,830 bilhões. Para o governo, a pequena subida significa, na prática, a estabilidade de março para abril. Os títulos públicos são emitidos pelo governo para rolar a dívida que vence mês a mês e pagam juros aos compradores, geralmente fundos de pensão e carteiras de investimentos de bancos. Os papéis não podem ser usados para arrecadar dinheiro para despesas correntes, como a folha de salários do funcionalismo.

O maior responsável pela conta juros da dívida é a taxa básica determinada pelo Banco Central (BC), a Selic. De todo o estoque de papéis do governo, 59,17% são remunerados por essa taxa. Toda vez em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC eleva os juros, aumenta um pouco mais a conta a pagar. Desde setembro, esse acréscimo já passou de R\$ 17 bilhões. Na contramão do que pretende o governo, a participação dos papéis atrelados à Selic, os pós-fixados, aumentou 2,5%.

Também contrariamente ao que o Tesouro Nacional pretende, a participação dos prefixados (títulos com juros acertados no momento da venda) caiu de 21,52% do total para 20,25%. “Essa queda é natural no primeiro mês de cada trimestre, onde está concentrada a maior parte dos vencimentos desse ti-

Givaldo Barbosa/AG/19.5.04



TAVARES: PARTICIPAÇÃO DE TÍTULOS PREFIXADOS SOBE ATÉ O FIM DO ANO

po de papel. Mas a trajetória de crescimento desse indicador continua garantida até o final do ano”, disse ontem o coordenador de Operações da Dívida Pública, Ronnie Tavares.

O Tesouro quer aumentar o volume de prefixados e reduzir o de pós para dar mais previsibilidade à administração da dívida. Pelo mesmo motivo, tem o objetivo de diminuir a participação dos papéis que são corrigidos pela variação das cotações do dólar. Nesse item, houve progresso em abril, quando a parcela dos títulos cambiais caiu de 4,94% do total para 4,62% por causa principalmente da valorização de 5,06% do real frente ao dólar no mês.

“O objetivo não é zerar a exposição cambial, mas diminuí-la. O nível atual é confortável para evitar que flutuações no

câmbio provoquem variações no estoque da dívida”, disse o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do BC, Ivan de Oliveira Lima. Desde o início do ano, a dívida cambial já caiu o equivalente a US\$ 15,03 bilhões por causa da substituição progressiva desses títulos por outros.

O total da dívida de curto prazo, que vence em até doze meses, caiu um pouco de 43% do total para 42,85%. Os analistas de mercado consideram que o Brasil ainda está mal nesse indicador, que mede a capacidade de o país honrar seus compromissos. Quanto menor a dívida de curto prazo, menor a desconfiança de que o país possa dar o calote. O prazo médio da dívida brasileira é de 27,92 meses, considerado muito curto.